A JUSTIÇA NO ESCURO: O PROCESSO DE KAFKA E A AUSÊNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade
Maria Eduarda Valverde Menezes
Leonardo Lima Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UCB - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

Introdução

A literatura é um espaço privilegiado para refletir sobre dilemas humanos e institucionais, dialogando diretamente com o Direito. A obra O Processo, de Franz Kafka, publicada em 1925, é um exemplo marcante desse encontro, pois revela a vulnerabilidade do indivíduo diante de instituições que operam de modo opaco e autoritário. Josef K., o protagonista, é acusado de um crime não revelado, submetido a um processo burocrático e enigmático, onde as regras são invisíveis e o acesso à defesa é negado. Essa experiência fictícia traduz, de forma simbólica, os riscos da ausência de garantias jurídicas e do desequilíbrio entre os poderes. Ao apresentar um Judiciário que age sem transparência, Kafka antecipa críticas ainda atuais à concentração de poder e à negação do devido processo legal. Assim, a análise de O Processo sob a ótica jurídica convida a repensar os fundamentos do Estado Democrático de Direito, lembrando que a literatura não apenas narra histórias, mas ilumina problemas reais que atravessam a vida em sociedade.

Objetivo

Analisar a obra O Processo, de Franz Kafka, relacionando-a com os princípios constitucionais do devido processo legal e da separação dos poderes, evidenciando como a literatura pode contribuir para uma compreensão crítica e humanizada do Direito.

Material e Métodos

Este estudo adota como método a revisão bibliográfica, tendo como fonte primária a obra O Processo (KAFKA, 2005) e, como fontes secundárias, a doutrina jurídica sobre devido processo legal, separação dos poderes e publicidade processual (BOBBIO, 1999; CANOTILHO, 2003; SARLET, 2007). A análise é de caráter interdisciplinar, articulando Direito e literatura, e busca compreender como uma narrativa ficcional denuncia problemas concretos da prática jurídica. Foram utilizados textos de teóricos do Direito Constitucional e da filosofia política que ressaltam a importância da limitação do poder estatal e da proteção dos direitos fundamentais. A metodologia privilegia uma leitura interpretativa, estabelecendo conexões entre a experiência de Josef K. e a realidade dos sistemas de justiça, especialmente quanto ao risco de arbitrariedades quando faltam transparência, garantias e acesso efetivo à justiça.

Resultados e Discussão

A análise de O Processo evidencia a crítica de Kafka ao poder arbitrário e ao esvaziamento das garantias jurídicas. Josef K., protagonista da obra, vê-se imerso em um processo sem clareza, conduzido por autoridades que não revelam acusações, não permitem defesa plena e operam em espaços inacessíveis ao cidadão comum. A obra mostra, assim, a negação do devido processo legal, princípio que assegura a todos o direito de conhecer as acusações, apresentar defesa e ser julgado por autoridade imparcial (SARLET,2007).

Sob a ótica jurídica, a narrativa ilustra a corrosão do Estado de Direito quando os poderes não se equilibram. O Judiciário, em vez de atuar como garantidor das liberdades, surge como mecanismo de opressão. A ausência de publicidade e a linguagem enigmática das audiências revelam um Direito fechado em si mesmo, distante da cidadania. Tal representação literária encontra eco em debates contemporâneos, quando se denuncia a morosidade judicial, a dificuldade de acesso à justiça e a exclusão de parcelas vulneráveis da sociedade (CANOTILHO, 2003).

Kafka, portanto, antecipa uma reflexão fundamental: sem garantias mínimas, o Direito perde sua legitimidade e se converte em instrumento de violência simbólica e material. O drama de Josef K. é universal porque traduz a angústia do indivíduo diante de instituições que deveriam proteger, mas, em vez disso, o sufocam. Nesse sentido, a falta de clareza e de coerência normativa, criticada por Bobbio (1999), encontra correspondência direta na confusão e no caos do processo kafkiano. A obra torna-se, assim, uma advertência permanente da necessidade de resguardar a separação dos poderes e o devido processo legal como pilares da democracia.

Conclusão

O Processo mostra como a ausência de garantias jurídicas mina a legitimidade do Direito e expõe a fragilidade do indivíduo diante do poder. A análise da obra sob a ótica constitucional evidencia que princípios como o devido processo legal e a separação dos poderes não são meras formalidades, mas condições essenciais para a preservação da justiça e da democracia (CANOTILHO, 2003; SARLET, 2007).

Referências

1. KAFKA, Franz. O Processo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
2. BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Brasília: EdUnB, 1999.
3. CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. Coimbra: Almedina, 2003.
4. SARLET, Ingo Wolfgang. A Eficácia dos Direitos Fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.